

Visão da semana: dúvidas sobre o crescimento

O noticiário econômico da semana passada teve como principal destaque o início de um processo de desvalorização do dólar no mercado financeiro internacional. Internamente, as atenções concentraram-se sobre os debates em torno da questão tributária, embora ainda não se tenha uma posição definitiva das autoridades a respeito.

Com relação ao dólar, que acumulou sucessivas desvalorizações ao longo da semana perante as demais moedas, seu curso atual parece representar essencialmente uma fase de ajuste, posto que se encontrava sobrevalorizado. Conquanto os efeitos mais significativos desse processo só devam manifestar-se a médio e longo prazo, é possível verificar que a economia mundial poderá sentir alguns benefícios mais imediatos, como deve ocorrer para as exportações brasileiras dirigidas a outras regiões que não os Estados Unidos. No entanto, é igualmente perceptível que essa desvalorização atuará como elemento de proteção à indústria norte-americana, dando margem a um eventual surto inflacionário que fatalmente repercutiria sobre as taxas de juro.

Neste sentido, é prematuro qualquer euforia a respeito do nível de endividamento externo do Brasil e de outros países endividados, já que o parâmetro fundamental são as taxas de juro e não o dólar em si. Internamente, resta ver como será viável tirar partido desse momento, fato que depende do encaminhamento da questão salarial e do combate à inflação via cortes nos gastos públicos. As pressões pela institucionalização da trimestralidade têm recrudescido, notando-se até mesmo indecisões por parte de certos grupos de empresários quanto à atitude a tomar perante o caso. Há uma expectativa pessimista de agravamento da inflação que passa a ser invocada como justificativa para conceder reajustes trimestrais.

No próprio governo, observa-se uma postura semelhante: toma-se como princípio fixar uma determinada meta de crescimento para a economia, sem se julgar indispensável um ataque mais frontal às causas determinantes da alta de preços. Isso apesar de as autoridades anunciarem um déficit público superior a Cr\$ 200 trilhões para o próximo ano, o qual seria financiado fundamentalmente com um crescimento das receitas tributárias, enquanto os gastos governamentais não sofreriam cortes mais profundos. Chegou-se até a divulgar que a estratégia anteriormente concebida pelo ex-ministro Francisco Dornelles, no tocante ao déficit público, era demasiado "apressada" e que se faria indispensável recuperar a capacidade arrecadadora do governo em função de uma queda na receita fiscal. Neste contexto, não passou despercebida a velha desculpa de que os assalariados não serão atingidos pela nova investida arrecadadora... Como este será um governo marcado por sucessivas eleições, pode-se compreender o significado do reforço de caixa das autoridades.

Aliás, as pressões nessa direção não param de crescer, com os políticos preparando o terreno para que a União encontre argumentos satisfatórios para, depois de aumentar os impostos, arvorar-se em repartidora equânime em benefício de Estados e municípios.

A semana econômica ainda teve o pronunciamento do presidente José Sarney na ONU, procurando caminhos aparentemente arriscados para afirmar a soberania nacional, os quais passam diretamente por tentativas delicadas de endurecer as negociações com o FMI. De qualquer modo, enquanto determinadas metas domésticas não forem alcançadas com a necessária firmeza, de pouca valia será esperar qualquer mudança mais efetiva nas condições de negociação com nossos credores.